



UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

www.ufrgs.br



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

UFRJ

IFRS 17 & Solvency II Workshop

**PROFA. MÁRIS CAROLINE GOSMANN
JULHO / 2019**

CNSEG – SÃO PAULO

| PROPOSTA DE TÓPICOS EM IFRS 17 PARA BRASIL

1. CONCEITO E PERCEPÇÃO DO RISCO PARA BRASIL

2. CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS CONTÁBEIS

- VISÃO NORMATIVA E POSITIVA
- ESTRUTURA CONCEITUAL 2018

3. EXPLANAÇÃO DA PARTE TEÓRICA SOBRE IFRS 17 (DISSERTAÇÃO)

4. EXPLANAÇÃO DA APLICADA SOBRE IFRS 17 NO BRASIL (CONCEITOS INICIAIS GT IFRS17 CNSEG)

5. PERGUNTAS AO FINAL.



1 | CONCEITO E PERCEÇÃO DO RISCO

O **RISCO** pode ser entendido como o perigo, probabilidade ou possibilidade de um infortúnio, insucesso ou resultado indesejado.

Refere-se a um estado FUTURO!!



1 | CONCEITO E PERCEÇÃO DO RISCO - PILARES PARA GESTÃO



1º PILAR: PRINCÍPIO DO MUTUALISMO

FORMAÇÃO DE COLETIVIDADE

2º PILAR: PRINCÍPIO DAS PROBABILIDADES

DISTRIBUIÇÕES ESTATÍSTICAS



3º PILAR: LEI DOS GRANDES NÚMEROS

FORMAÇÃO DE MASSA DE RISCO

1 | CONCEITO E PERCEÇÃO DO RISCO

Definição do contrato de seguro (IFRS 17)

- Um contrato ao qual a seguradora aceita um risco significativo do segurado, aceitando compensar o mesmo em caso de evento futuro e incerto específico afetar negativamente o segurado.

Risco de seguros

Evento futuro e incerto

Risco de seguro significativo

2 | CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS CONTÁBEIS


Busca por aumento da **comparabilidade de informações** para melhor entender aspectos como **exposição ao risco**, **rentabilidade** e **posição financeira**.

A IFRS 17 substitui a IFRS 4 (apresentada em 2004)

As **diferenças no tratamento contábil entre jurisdições e produtos** tornaram difícil para investidores e analistas entender e comparar os resultados das seguradoras. Além disso, algumas práticas de contabilidade de seguro anteriores permitidas na IFRS 4 não refletiram adequadamente as verdadeiras posições financeiras subjacentes ou o desempenho financeiro desses contratos de seguro.



2 | CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS CONTÁBEIS



O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em **18 de maio de 2017** a norma IFRS (International Financial Reporting Standard) 17 – Contratos de Seguros que **estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros** indicados no escopo da norma.

A introdução da IFRS 17, elaborada pelo IASB, é considerada uma das **maiores alterações já ocorridas no setor segurador, no âmbito regulatório e de reporte financeiro em todo o mundo.**

2 | CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS CONTÁBEIS

O objetivo da IFRS 17 é **garantir que uma entidade forneça informações relevantes** que fielmente representam esses contratos.

A IFRS 17 traz diretrizes que permitirão melhor comparação de resultados e produtos entre seguradoras, e **entrará em vigor em 2022.**

Contabilidade
NORMATIVA X POSITIVA



2 | CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS CONTÁBEIS

Contabilidade **NORMATIVA X POSITIVA**

Teoria Normativa

A Teoria Normativa é muito mais baseada na dedução, onde procura apresentar probabilidades e demonstrar como as praticas da contabilidade deveriam ser.

FORMULAÇÃO VEM DA NORMA

Teoria Positiva

A Teoria Positiva é baseada no conceito de conclusão, onde procura descrever como a contabilidade é e tenta prever e entender porque determinada prática é usada. Antes de haver uma conclusão, ela busca diversas hipóteses e as testa até chegar ao seu veredicto.

FORMULAÇÃO VEM DA “REALIDADE DOS DADOS”

2 | CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS CONTÁBEIS

Contabilidade **NORMATIVA X POSITIVA**

Teoria Normativa

Na abordagem normativa não é necessário realizar testes empíricos e seus procedimentos procuram retratar da melhor forma possível a realidade econômica de uma empresa.

FORMULAÇÃO VEM DA NORMA

Teoria Positiva

Na abordagem positiva as experiências são testadas muitas vezes empiricamente e de maneiras reais.

Procura observar e explicar as razões da utilização de um procedimento, prática ou **princípio contábil** pelas empresas.

FORMULAÇÃO VEM DA “REALIDADE DOS DADOS”

2 | CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS CONTÁBEIS

NORMATIVISMO

- Baseado na lógica **dedutiva**
- Tem como objetivo a construção de teorias
- Caráter predominantemente **subjetivo**
- Foco de pesquisas **qualitativas**
- Caracterizada pelo **racionalismo realista**
- **Entender** determinado fenômeno contábil



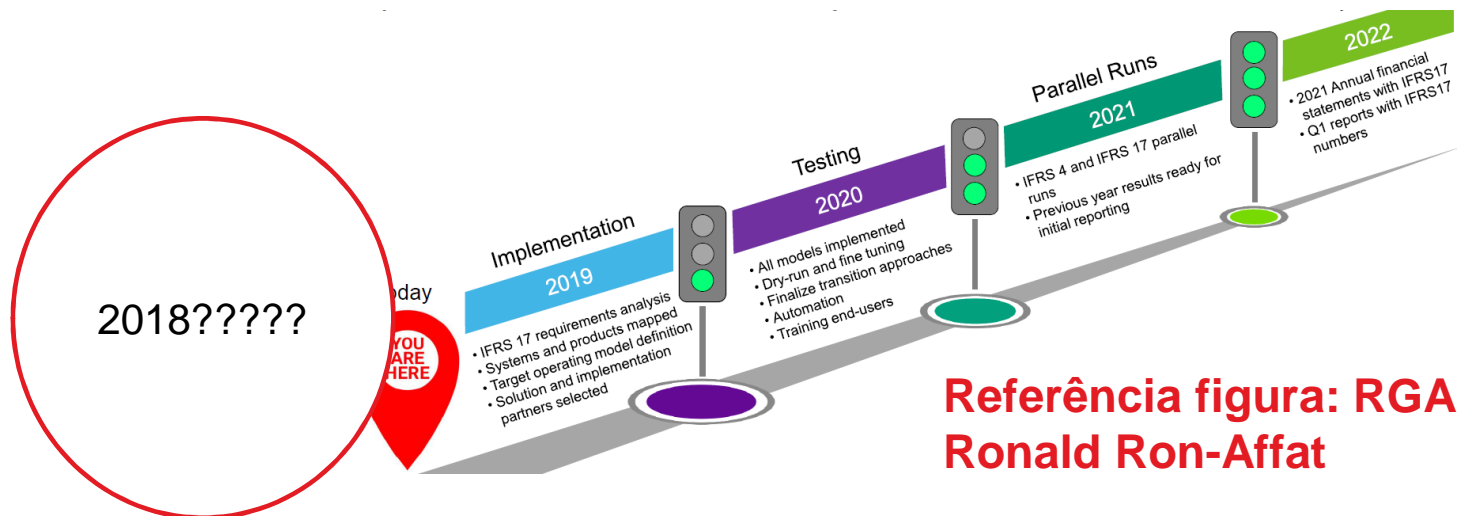
POSITIVISMO

- Baseado na lógica **indutiva**
- Necessita da **validação dos dados/hipóteses**
- Caráter predominantemente **objetivo**
- Foco de pesquisas **quantitativas** (mensuráveis)
- Caracterizada pelo **empirismo realista**
- Pesquisa conhecida como **Mainstream**

2 | CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS CONTÁBEIS

IMPLEMENTAÇÃO:

- paralelos com o conjunto de requisitos do Solvência II,
- grandes projetos de implementação,
- significativos investimentos em sistemas e processos.



2 | CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS CONTÁBEIS

O que você fez o em 2018?

March 2018

IFRS[®] Conceptual Framework

Conceptual Framework
for Financial Reporting

March 2018

IFRS[®] Conceptual Framework
Basis for Conclusions

Conceptual Framework
for Financial Reporting

2 | ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ESTRUTURA CONCEITUAL

1. Introdução
2. Ativo
3. Passivo
4. Patrimônio Líquido
5. Receitas
6. Despesas



2 | ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ESTRUTURA CONCEITUAL

Introdução

- É um conjunto de conceitos e orientação de acompanhamento;
- Aspectos do conceito x relatórios financeiros;
- Melhora os conceitos para relatar os ativos, passivos, receitas e despesas;
- **Se baseia no que é útil para os investidores.**

2 | ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ESTRUTURA CONCEITUAL

Ativo

- *An asset is a present economic resource controlled by the entity as a result of past events. An economic resource is a right that has the potential to produce economic benefits.*



2 | ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ESTRUTURA CONCEITUAL

Framework 2011

...a expectativa de que os benefícios econômicos futuros fluirão de ou para uma entidade **deve ser suficientemente certa** para satisfazer o critério de probabilidade

CPC 00

a expectativa de que futuros benefícios econômicos fluam para a entidade ou saiam da entidade **deve ser suficientemente certa** para que seja observado o critério de probabilidade

Framework 2018

Para que esse potencial exista, **não é necessário estar certo**, ou mesmo provável, de que o direito produzirá benefícios econômicos.

2 | ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ESTRUTURA CONCEITUAL

Framework 2011

Um ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

CPC 00

Um ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

Framework 2018

Um ativo é um recurso econômico **atual** controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

Nova abordagem dos Direitos

O recurso econômico não é o objeto físico, mas um conjunto de direitos sobre esse objeto.

E agora?

O desafio será determinar em que medida um ativo pode ser dividido em direitos diferentes.



Um objeto físico pode ser 'fatiado e cortado' de uma perspectiva contábil. Por exemplo, em algumas circunstâncias, uma empresa registraria como um ativo o *direito de usar* uma aeronave, em vez de uma aeronave em si.

2 | ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ESTRUTURA CONCEITUAL

Passivo

- *A liability is a present obligation of the entity to transfer an economic resource as a result of past events.*



2 | ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ESTRUTURA CONCEITUAL

Framework 2011

Passivo é uma obrigação presente da entidade resultante de eventos passados; a liquidação do que se espera que resulte em uma saída da entidade de recursos incorporando benefícios econômicos.

CPC 00

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Framework 2018

Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

Desafios

No seu entendimento as alterações nas definições do passivo ampliará consideravelmente a gama de itens identificados como Passivos?



2 | ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ESTRUTURA CONCEITUAL

Patrimônio Líquido

- *Equity is the residual interest in the assets of the entity after deducting all its liabilities.*

Principais Preocupações do Framework 2018

1. Fazer uma distinção entre passivos e patrimônio líquido;
2. definir patrimônio líquido como a participação residual nos ativos da entidade após deduzir todas as suas responsabilidades;
3. não discutir quais formas de apresentação e divulgação são apropriadas se o patrimônio de uma entidade compreender diferentes classes de diferentes componentes do capital próprio

2 | ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ESTRUTURA CONCEITUAL

Receita - Definição

Framework 2011

Receita é o aumento dos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entradas ou melhorias de ativos ou diminuições de passivos que resultam em aumentos no patrimônio, outros que não aqueles relacionados com contribuições de participantes de capital.

CPC 00

Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais

Framework 2018

Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções no passivo, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, com exceção daqueles relacionados a contribuições de detentores de reivindicações de patrimônio líquido.

2 | ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ESTRUTURA CONCEITUAL

Despesas - Definição

Framework 2011

As despesas são reduções nos benefícios econômicos durante um período sob a forma de saídas ou reduções de ativos ou de passivos que resultam em reduções no patrimônio líquido, que não as relacionadas distribuições aos participantes de capital.

CPC 00

Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais.

Framework 2018

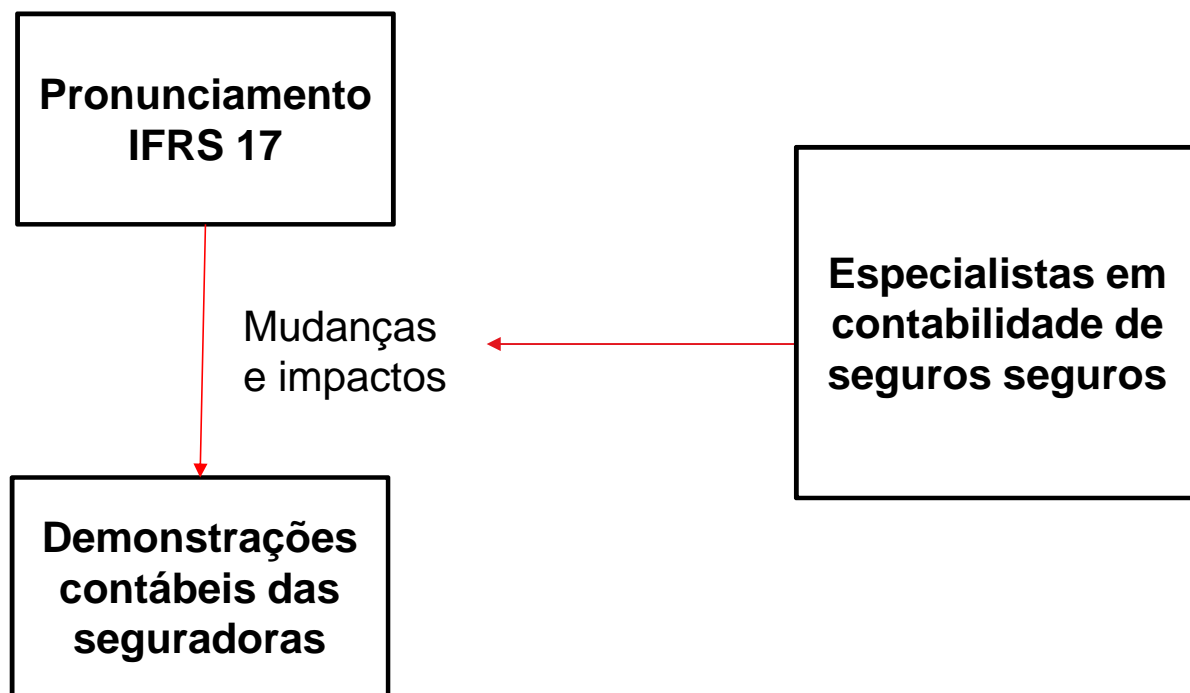
Despesas são reduções nos ativos, ou aumentos no passivo, que resultam em reduções no patrimônio, além daquelas relativas a distribuições para detentores de reivindicações de patrimônio líquido.

3 | ESTRUTURA DA TESE DE DOUTORADO



3 | EXPLANAÇÃO DA PARTE TEÓRICA SOBRE IFRS 17 NO BRASIL

Contextualização, Questão de pesquisa e Objetivos



Referência: Dissertação UFRJ Feitosa, Ícaro (2019)

3 | EXPLANAÇÃO DA PARTE TEÓRICA SOBRE IFRS 17 NO BRASIL

Referencial Teórico

Consideradas as práticas contábeis para contratos de seguros brasileiras permitidas pelo IFRS 4 e a proposta do pronunciamento IFRS 17, os principais impactos nas demonstrações contábeis são compreendidas quanto:

- a) Mensuração dos contratos de seguros
- b) Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado
- c) Divulgação de Informações

Referência: Dissertação UFRJ Feitosa, Ícaro (2019)

3 | EXPLANAÇÃO DA PARTE TEÓRICA SOBRE IFRS 17 NO BRASIL

Mensuração dos Contratos

Contabilização local (IFRS 4) – Transição de **NORMATIVA-POSITIVA**

- Uso do prêmio para formação de provisão técnica de prêmio
- Reconhecimento da despesa pelo aviso do sinistro ocorrido
- Custos de comercialização diferidos

Contabilização IFRS 17 – Visão **POSITIVISTA**

- Uso de fluxo de caixa estimado para entradas e saídas de recursos
- Ajustes de dinheiro no tempo e de risco
- Todos os componentes do contrato são tratados conjuntamente

Referência: Dissertação UFRJ Feitosa, Ícaro (2019)

Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado

Balanço patrimonial local (IFRS 4)

- Componentes de contratos de seguro separados no balanço
- O passivo de contratos de seguro é composto por prêmios ainda não diferidos e sinistro ocorridos e ainda não pagos

Balanço patrimonial IFRS 17

- Componentes de contratos de seguro agregados
- O passivo de contratos de seguro é composto pelas expectativas atualizadas e em valor atual dos compromissos futuro e dos ganhos esperados

Referência: Dissertação UFRJ Feitosa, Ícaro (2019)

3 | EXPLANAÇÃO DA PARTE TEÓRICA SOBRE IFRS 17 NO BRASIL

Balanco patrimonial e Demonstração do Resultado

Demonstração do resultado local (IFRS 4)

- Utiliza da mecânica do premio ganho, onde se reconhece linearmente a receita de acordo com a vigência do risco
- Despesas reconhecidas pelo aviso do risco e diferimento de custos de comercialização em base linear

Demonstração do resultado IFRS 17

- Resultado reconhecido pelo fornecimento do serviço entregue, compreendendo as receitas e despesas de serviço de seguro
- Resultado financeiro, compreendendo o valor do dinheiro no tempo e riscos financeiros

Referência: Dissertação UFRJ Feitosa, Ícaro (2019)

3 | EXPLANAÇÃO DA PARTE TEÓRICA SOBRE IFRS 17 NO BRASIL

Balanco patrimonial e Demonstração do Resultado

Divulgação local (IFRS 4)

- Os elementos de divulgação foram os principais elementos trazidos pelo IFRS 4

Divulgação resultado IFRS 17

- Explicações dos valores apresentados, nível de confiança na mensuração e julgamentos na implementação da norma
- Divulgação dos valores de transição entre as normas

Referência: Dissertação UFRJ Feitosa, Ícaro (2019)

3 | EXPLANAÇÃO DA PARTE TEÓRICA SOBRE IFRS 17 NO BRASIL

Entrevista com os Especialistas

Foram consultados 7 entrevistados.

Foram realizadas 5 perguntas:

- **Benefícios do novo pronunciamento contábil**
- **Conflitos entre a norma local e a do IFRS 17**
- **Na visão dos investidores quais seriam os principais benefícios**
- **Quais os principais pontos de dificuldade na implementação do IFRS 17**
- **Conclusão do entrevistado**

Referência: Dissertação UFRJ Feitosa, Ícaro (2019)

3 | EXPLANAÇÃO DA PARTE TEÓRICA SOBRE IFRS 17 NO BRASIL

Entrevista com os Especialistas

Resumo primeira pergunta:

- Comparabilidade nas demonstrações contábeis das seguradoras
- Transparência nas demonstrações contábeis das seguradoras
- Uniformização das demonstrações contábeis das seguradoras

Resumo segunda pergunta:

- Diferença na metodologia de mensuração dos contratos de seguro
- Diferença na utilização do processo contábil
- Diferença no perfil de utilização da informação contábil

Referência: Dissertação UFRJ Feitosa, Ícaro (2019)

3 | EXPLANAÇÃO DA PARTE TEÓRICA SOBRE IFRS 17 NO BRASIL

Entrevista com os Especialistas

Resumo terceira pergunta:

- Transparência na demonstração do resultado da operação de seguro
- Comparabilidade na demonstração do resultado da seguradora

Resumo quarta pergunta:

- Adequação sistêmica e operacional dos processos contábeis
- Adequação de pessoal e estrutura da organização
- Compreensão e decisão nas escolhas possibilitadas pelo normativo
- Implementação conjunta e transição com outras normas

Referência: Dissertação UFRJ Feitosa, Ícaro (2019)

Entrevista com os Especialistas

Resumo quinta pergunta:

- Quebra dos conceitos tradicionais da contabilidade de seguro
- Incertezas com a implementação e possíveis conflitos
- Evolução do meio contábil e os seus desafios

Referência: Dissertação UFRJ Feitosa, Ícaro (2019)

3 | EXPLANAÇÃO DA PARTE TEÓRICA SOBRE IFRS 17 NO BRASIL

May 2017

IFRS® Standards

IFRS 17 Insurance Contracts



3 | EXPLANAÇÃO DA PARTE TEÓRICA SOBRE IFRS 17 NO BRASIL

Separação dos componentes do contrato de seguros

- Os contratos de seguro geram uma série de direitos e obrigações que juntos geram um conjunto de fluxos de caixa . Muitos contratos de seguro têm um ou mais componentes que estarão no alcance de outra norma se a companhia contabilizá-la separadamente.

Alguns contratos de seguro contém:

- componentes de investimento: por exemplo, depósitos puros, tais como instrumentos financeiros, por meio dos quais uma entidade recebe um valor específico e se compromete a reembolsar esse valor acrescido de juros;
- componentes de bens e serviços: por exemplo, serviços não relacionados a seguros, tais como administração de aposentadorias, serviços de gerenciamento de risco, gestão de ativos ou serviços de custódia, não relacionados ao cumprimento do contrato; e
- derivativos embutidos: por exemplo, derivativos financeiros, como opções de taxa de juros ou opções vinculadas à um índice de ações.

NÍVEL DE AGREGAÇÃO – NO RECONHECIMENTO MENSURAÇÃO

A agregação de contratos em grupos é necessária no reconhecimento inicial de todos os contratos no âmbito da IFRS 17.

O agrupamento de contratos de acordo com a IFRS 17 é realizado de forma a **limitar a compensação de contratos lucrativos contra os onerosos**, considerando a maneira na qual as seguradoras gerenciam e avaliam o desempenho de seus negócios.

NÍVEL DE AGREGAÇÃO - MEDIÇÃO NO RECONHECIMENTO

Uma entidade deve segregar cada carteira, no mínimo, em:

- um grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, se houver algum;
- um grupo de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm qualquer possibilidade significativa de se tornarem onerosos, se existirem; e
- um grupo de quaisquer contratos remanescentes na carteira.

Uma entidade não pode incluir contratos emitidos com mais de um ano de diferença no mesmo grupo. Portanto, cada carteira será desagregada em cortes anuais, ou cortes consistindo em períodos de menos de um ano.

No entanto, exceções são aplicáveis em determinadas circunstâncias durante a transição para a IFRS 17, como no caso da abordagem retrospectiva modificada.

ETAPAS DO PROCESSO DE AGREGAÇÃO

Etapa 1: Identificar as carteiras de contratos de seguro mantidos por uma Companhia

Etapa 2: Identificar os contratos em cada carteira que são onerosos no reconhecimento inicial

Etapa 3: Determinar quais dos contratos remanescentes não têm qualquer possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente

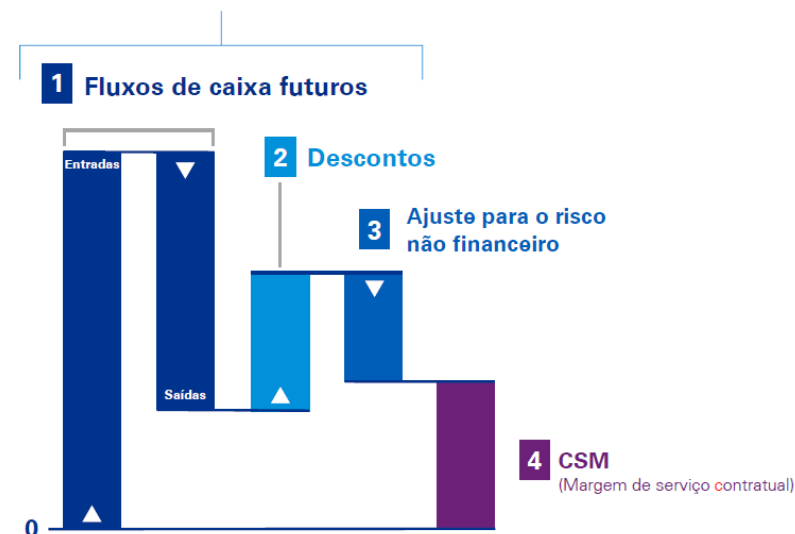


MODELO GERAL DE MENSURAÇÃO

O passivo (ou ativo) reconhecido para um grupo de contratos de seguro é mensurado, no reconhecimento inicial e posteriormente, como a soma:

- dos **fluxos de caixa de cumprimento**, estimativa das entradas e saídas de caixa durante o cumprimento do contrato de seguro (ex.: prêmios e sinistros), ajustada pelo risco, apurada sem tendenciosidade, e ponderada pela probabilidade do valor presente dos fluxos de caixa futuros; e
- da **Margem de Serviço Contratual (CSM)**, o valor que representa o lucro não auferido que a entidade reconhecerá no resultado à medida que os serviços forem prestados.

[1], [2] e [3]: Fluxo de caixa de cumprimento



Referência figura: KPMG
Site: kpmg.br

AO APLICAR UMA TÉCNICA DE ESTIMATIVA, UTILIZA-SE

Insumos observáveis

Uma entidade **maximiza o uso** de insumos observáveis.



Variáveis que não são de mercado

Devem refletir **todas as informações razoáveis** e suportáveis disponíveis sem custos ou esforços indevidos. Não devem **contradizer as variáveis de mercado observáveis**.

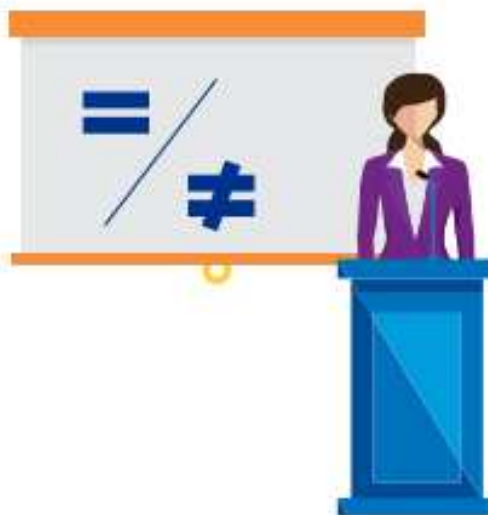


Referência figura: KPMG
Site: kpmg.br

AO APLICAR UMA TÉCNICA DE ESTIMATIVA, UTILIZA-SE

Julgamento para avaliar a similaridade

Uma entidade avalia o nível de similaridade entre as características dos contratos de seguro e as do **instrumento para o qual os preços observáveis de mercado estão disponíveis**, ajustando-as para quaisquer diferenças

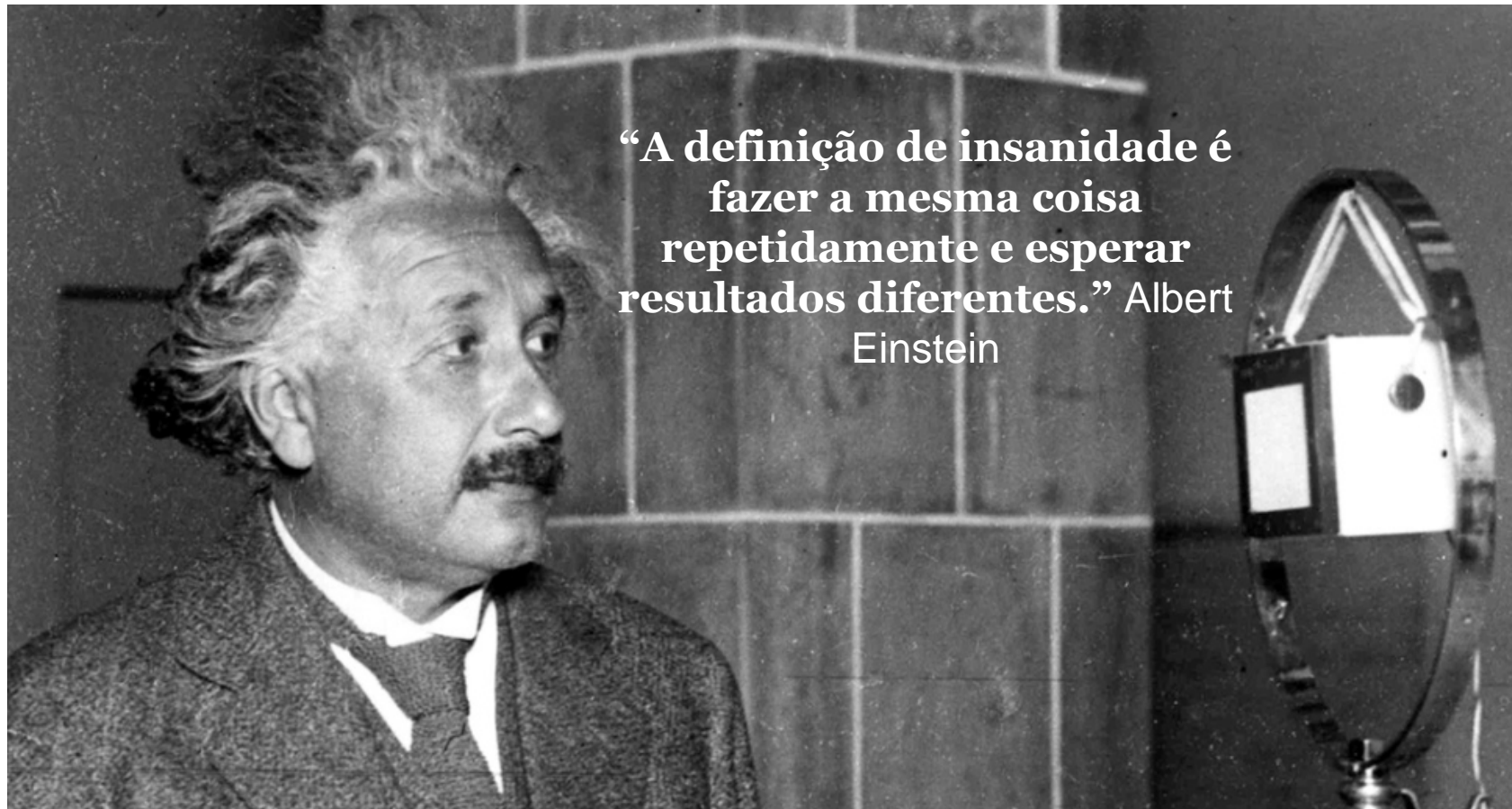


Referência figura: KPMG
Site: kpmg.br

TÉCNICAS DE ESTIMATIVA

A IFRS 17 não prescreve uma única técnica de estimativa para obter as taxas de desconto. No entanto, a norma especifica que uma abordagem '*top-down*' ou '*bottom-up*' pode ser utilizada. **Em teoria, para os contratos de seguro com fluxos de caixa que não variam com base no desempenho dos itens subjacentes, as duas abordagens devem resultar na mesma taxa de desconto, embora possam ocorrer diferenças na prática.** O exemplo ao lado ilustra essas abordagens para um contrato de seguro com fluxos de caixa que não variam com base no desempenho dos itens subjacentes.

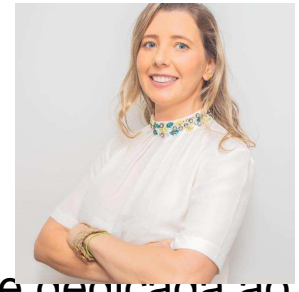
As habilidades e o conhecimento que te trouxe até aqui não é o que vai te levar ao próximo nível”



**“A definição de insanidade é
fazer a mesma coisa
repetidamente e esperar
resultados diferentes.” Albert
Einstein**

Máris Caroline Gosmann MSc, MBA, MIBA

Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)



- Máris leciona disciplinas de ciências atuariais há 10 anos e é extremamente dedicada ao ensino através de metodologias ativas de aprendizagem significativa. Atualmente, dedica-se à tese de doutorado em IFRS 17 da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Departamento de Contabilidade.
- Formou-se em Ciências Atuariais na UFRGS, Ciências Econômicas na UFRGS e Nutrição na UFRCMPA. Concluiu Especialização em Economia e Finanças e Mestrado em Atuária na PUC-Rio.
- Máris recebeu o prêmio de paraninfa dos formandos em 2014 e 2015, além de homenagem em todos os demais anos. Além disso, ele já liderou a implementação de vários projetos de pesquisa e ocupou cargos de coordenação e liderança na universidade, incluindo chefia de departamento
- Máris é gaúcha, mas quer se naturalizar carioca, vivendo no Rio o maior tempo possível. Ela é lutadora de jiu-jitsu e instrutora de defesa pessoal em horários vagos, tudo para educar seus três filhos severamente.



UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL
www.ufrgs.br



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO
UFRJ

IFRS 17 & Solvency II Workshop

MARIS.GOSMANN@UFRGS.BR

+ 55 21 97272-3732